

CLIPPING MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEIO	ADVOCATUS			
Nº PAG.		DATA	9 de março de 2018	

Advocatus

Advogado da CCA Ontier e Miranda integram lista de árbitros do CAAD

Ana Sofia Franco
Ontem



Tiago Leote Cravo, associado coordenador do departamento de Direito Público da CCA Ontier, passou a integrar a nova lista de árbitros do CAAD (Centro de Arbitragem Administrativa).

Tiago Leote Cravo, associado coordenador do departamento de Direito Público da CCA Ontier, passou a integrar a nova lista de árbitros do CAAD (Centro de Arbitragem Administrativa) em matéria administrativa. Bem como [Sandra Tavares Magalhães, advogada da Miranda & Associados.](#)

Tiago Leote Cravo integrou a CCA Ontier em 2016 e coordena a equipa de Direito Público desde este ano. Foi adjunto do Gabinete do Secretário de Estado, adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional (2015) e técnico especialista no gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares (2015).

Sócio da Miranda intervém em Fórum Internacional sobre PPP

→ Ler Mais

[Sandra Tavares Magalhães centra a sua prática no Direito Administrativo, em particular Contratação Pública e Contencioso Administrativo.](#) Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, possui cursos de pós-graduação em Direito da Contratação Pública, Contencioso Administrativo e

[Direito da Arbitragem pela mesma instituição.](#)

[Antes de ingressar na Miranda, em 2017, trabalhou durante sete anos como advogada In-house da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.](#)

CCA Ontier organiza Startinnovation Talks sobre Criptomoedas

→ Ler Mais

[Sandra Tavares Magalhães junta-se assim aos outros advogados da Miranda & Associados que integram as listas de árbitros do CAAD: Miguel Navarro de Castro, igualmente na Arbitragem Administrativa, e Luís Oliveira e Mariana Gouveia de Oliveira, na Arbitragem Tributária.](#)

O CAAD é a entidade nacional que visa promover a resolução de litígios respeitantes a matérias de direito administrativo e fiscal, através de informação, mediação, conciliação ou arbitragem. Tem como objetivo servir o Estado, os cidadãos e as empresas com uma arbitragem inovadora e reconhecida a nível nacional e internacional.